

ANÁPOLIS

Márcio Corrêa pretere PL e prestigia base do governo



Prefeito mantém apoio ao atual governo do Estado e praticamente ignora pré-candidatura de Wilder Moraes, expondo tensão partidária.

Página 8

COMPROMISSO

“Goiás é e vai continuar sendo o estado mais seguro do Brasil”, diz Daniel Vilela

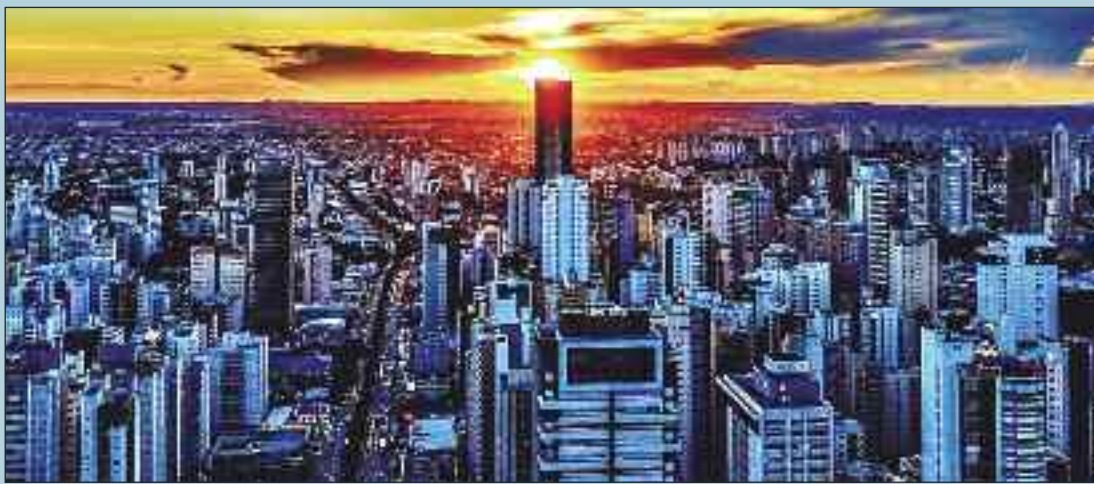
Governador garante que manterá diretrizes de tolerância zero contra o crime, que tornaram Goiás o estado o mais seguro do Brasil.

Páginas 7



GOIÂNIA

Investimentos alcançam 10% do previsto e Paço atua para agilizar ritmo de execução



Com superávit no caixa e execução inicial de investimentos, gestão aposta na entrega de obras para melhorar avaliação ao longo do ano.

Página 9

ENTREVISTA

FLÚVIA AMORIM

Subsecretária de Vigilância em Saúde

“Precisamos ter medo da doença, não da vacina”



Embora Goiás tenha avançado na retomada dos índices de imunização infantil, com vacinas próximas ou acima das metas, a subsecretária alerta para o risco de reintrodução de doenças já controladas.

Páginas 4 e 5

ESCOLA

Escolas assumem papel estratégico na recuperação da vacinação infantil



Com base na Lei 14.886/24 e no Programa Saúde na Escola, ação leva imunização ao ambiente escolar e amplia acesso em Goiás e no país

Página 12

ÍTALO WOLFF

Caiado mira o eleitor de Bolsonaro em aposta de risco

A dificuldade do ex-governador goiano será levar propostas bem sucedidas em Goiás para um eleitor que não quer ouvir um Plano B do bolsonarismo.

Página 6

ELEIÇÕES

Escala 6x1 vira bandeira eleitoral

Debate sobre o projeto deve ter um peso grande nas campanhas e no voto do eleitor.

Página 3

TECNOLOGIA

Demanda de água para data centers preocupa pesquisadores

Governo anunciou a construção de quatro dessas instalações em Goiás, enquanto aumenta rejeição a elas no mundo.

Página 10

EDITORIAL

Tecnologia sem água não se sustenta

O anúncio da instalação de quatro data centers em Goiás surge como promessa de modernização e inserção do estado na economia digital. Não há dúvida de que investimentos em tecnologia são desejáveis e necessários. No entanto, a euforia não pode obscurecer um ponto essencial: não existe desenvolvimento possível quando os limites ambientais são ignorados.

Essas estruturas operam 24 horas por dia e exigem volumes massivos de água para resfriamento, um recurso que já se mostra cada vez mais escasso na Região Metropolitana de Goiânia. Estudos recentes apontam o avanço do estresse hídrico, agravado por crescimento urbano desordenado e mudanças no regime de chuvas do Cerrado. Em períodos de seca prolongada, o abastecimento humano já enfrenta dificuldades. Inserir nessa equação empreendimentos que podem consumir água equivalente à de cidades inteiras não é apenas uma decisão técnica, é uma escolha política com impactos diretos sobre a vida da população.

O argumento de que data centers trazem desenvolvimento tecnológico precisa ser tratado com cautela. Nem sempre a presença dessas estruturas se traduz em inovação local ou geração significativa de conhecimento. Por outro lado, os passivos ambientais são concretos: consumo intensivo de recursos naturais, geração de resíduos e impactos sobre o território.

Defender estudos ambientais rigorosos não é ser contra o progresso. É, ao contrário, exigir que ele seja sustentável e responsável. A realização de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), com transparência e participação social, deve ser condição mínima antes de qualquer instalação.

Goiás não pode repetir erros já observados em outras regiões do mundo. O futuro tecnológico precisa caminhar lado a lado com a segurança hídrica. Sem água, não há inovação que se sustente — tampouco qualidade de vida.

ARTIGO

A guerra não fica onde começa

A guerra não começa quando o primeiro tiro é disparado e não termina quando o último cessa. Vista de longe, do conforto do sofá, costuma parecer organizada. Há mapas, briefings, palavras técnicas que sugerem algum grau de controle.

Fala-se em operações limitadas, respostas proporcionais, objetivos claros. A impressão é de que alguém, em algum lugar, sabe exatamente o que está fazendo. De perto, essa impressão não se sustenta.

Estive no norte do Iraque entre 2016 e 2017, acompanhando a ofensiva contra o Estado Islâmico. Havia uma linha de frente, como sempre há. Ela podia ser traçada, discutida, atualizada. Era o tipo de coisa que aparece bem em relatórios. Mas a guerra

não estava apenas ali.

Entre em casas recém-abandonadas, em cidades que haviam acabado de ser retomadas. Portas abertas, como se ninguém tivesse tido tempo de fechá-las. Sobre as mesas, pratos ainda dispostos; em alguns quartos, roupas dobradas; em outros, brinquedos espalhados, como se alguém fosse voltar para buscá-los. A coreografia interrompida de uma vida comum.

Havia também os sinais de combate: paredes marcadas, superfícies perfuradas, o tipo de dano que não deixa dúvidas sobre o que aconteceu. Mas o que mais chamava atenção era a convivência entre esses sinais e o que permanecia. A tentativa insistente da vida de continuar ali, mesmo

ARTIGO

A IA está redefinindo a gestão de custos nas empresas

A indústria de software vive uma transição relevante em seus modelos de negócio. Especialmente no ecossistema de Software as a Service (SaaS), cresce o movimento de migração de contratos baseados exclusivamente em licenças ou volume de uso para formatos orientados a resultados, nos quais a cobrança passa a considerar métricas concretas de desempenho e geração de valor. Esse avanço dialoga diretamente com esse conceito, no qual serviços passam a ser estruturados com previsibilidade, mensuração contínua e lógica de produto. Se soluções digitais são cada vez mais avaliadas pelo efeito que produzem, seja em aumento de receita, ganho de eficiência operacional ou melhoria da experiência do cliente, torna-se natural que o modelo de remuneração acompanhe essa lógica.

Essa transformação, antes concentrada no SaaS, começa a alcançar também o desenvolvimento de software sob demanda, pressionando empresas a repensarem contratos baseados exclusivamente em horas trabalhadas ou escopo fechado. Esse debate ganha ainda mais relevância em um ambiente no qual a inteligência artificial amplia significativamente a produtividade, automatiza etapas do processo e reduz o esforço operacional necessário para gerar resultados. Quando a tecnologia permite entregar mais valor em menos tempo, a lógica de cobrança por esforço tende a se tornar desalinhada com o impacto efetivamente produzido.

Portanto, a IA não apenas trans-

forma a execução técnica, mas cria as condições para que modelos orientados a resultados se tornem viáveis e sustentáveis. As projeções da Gartner reforçam a dimensão estratégica dessa transição. Segundo a consultoria, até o final de 2026, cerca de 40% das aplicações empresariais deverão incorporar agentes de IA específicos, frente a menos de 5% em 2025. A mesma instituição projeta que, até 2028, 90% das compras B2B serão iniciadas, avaliadas ou concluídas por agentes de IA. Os números indicam que a adoção será estrutural, alterando fluxos decisórios e modelos de negócio.

Com isso, ganha força a discussão sobre a evolução dos modelos de precificação em desenvolvimento de software. Tradicionalmente baseados em horas trabalhadas ou escopo fechado, esses modelos tendem a perder aderência em um ambiente no qual a IA amplia significativamente a produtividade e automatiza etapas do processo. Se a tecnologia permite entregar mais valor em menos tempo, a lógica de cobrança por esforço pode se tornar desalinhada com o impacto gerado.

A proposta de migrar para modelos orientados a resultados dialoga diretamente com esse novo contexto, pois, ao invés de remunerar exclusivamente a execução técnica, a precificação passaria a considerar indicadores concretos de negócio, como aumento de receita, redução de custos operacionais, ganho de eficiência ou melhoria na experiência do clien-

te. A IA, ao elevar o potencial de geração de valor, cria as condições para essa mudança estrutural.

Entretanto, escalar iniciativas de IA exige investimento em infraestrutura, governança de dados, segurança da informação e capacitação de equipes. Há também a complexidade de integrar novas soluções a sistemas legados e de estabelecer métricas claras para mensurar resultados. Para CIOs, o equilíbrio entre inovação, controle orçamentário e mitigação de riscos torna-se um exercício contínuo de priorização estratégica.

Desse modo, mais do que adotar IA por tendência, a questão central passa a ser como utilizá-la para transformar tecnologia em vetor direto de performance empresarial. Organizações que conseguirem alinhar eficiência operacional, inteligência de dados e modelos contratuais orientados a resultados tendem a consolidar uma posição competitiva mais robusta em um mercado cada vez mais automatizado e orientado por agentes inteligentes.



Fabio Seixas, especialista em desenvolvimento de software e IA, e CEO da Softo*

depois de já não ser possível.

Essas casas não eram exceção. Repetiam-se de cidade em cidade, com pequenas variações, como se a guerra tivesse desenvolvido um método próprio de interromper as coisas. Com o tempo, fica claro que a guerra não apaga o que existia antes dela. Ela se deposita sobre o que já estava ali. Camadas sucessivas de conflito, perda e adaptação.

A guerra persiste não apenas nos escombros, mas na memória. No modo como as pessoas passam a ver o mundo, a desconfiar do futuro, a ajustar expectativas ao que é possível sobreviver, não ao que seria desejável viver. Crianças crescem nesse ambiente e carregam essas lições adiante, mesmo

depois de já não ser possível. Nesse sentido, a guerra não termina. Ela se transfere. Passa de uma geração para outra menos como lembrança do que como disposição. Ressentimentos encontram abrigo, narrativas se consolidam, versões do passado tornam-se verdades inquestionáveis. A partir daí, novos conflitos encontram terreno fértil.

Ainda assim, insistimos em descrevê-la como algo que pode ser contido. Talvez porque seja mais fácil acreditar em limites. Ou porque reconhecer sua natureza real exigiria admitir que seus efeitos não podem ser controlados nem encerrados de forma clara. A linha de frente, tão frequentemente apresentada como o centro do conflito, é apenas a parte

mais visível e a mais simples de compreender.

O que realmente define a guerra acontece fora dela. Nas vidas que não retomam o curso anterior. E, sobretudo, no que permanece depois. Porque é ali, nesse acúmulo quase invisível de perdas e adaptações, que a próxima guerra começa.



Marcio Pimenta é explorador da National Geographic



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO
em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com



Apenas um

Dos senadores goianos, apenas Vanderlan Cardoso (PSD) disputa a reeleição. Está entre os 34 que planejam permanecer no Senado, conforme levantamento do Congresso em Foco. Wilder Moraes (PL) compõe o grupo de 11 senadores que já se decidiram pela disputa pelos governos estaduais. Cinco ainda avaliam entrar na corrida aos executivos. Jorge Kajuru (PSB) está entre os senadores em fim de mandato que não vão disputar a reeleição nem outro cargo.

Casa estratégica

A campanha eleitoral pelo Senado se adiantou à de outros cargos da eleição deste ano dada a importância que Jair Bolsonaro (PL) e o presidente Lula (PT) conferem à Casa, responsável por validar as indicações do Executivo para tribunais superiores, agências reguladoras, Banco Central, embaixadas e outros cargos de alto escalão, além de abrir, processar e julgar pedidos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal. Segundo o Levantamento do Congresso em Foco, entre os 54 senadores que irão disputar a reeleição, 27 são alinhados ao governo, 16 são de oposição e 11 se colocam como independentes.

Escala 6x1 vira bandeira eleitoral

A escala de trabalho 6 por 1 ganhou contornos políticos e pode se tornar tema importante das campanhas eleitorais deste ano. A pauta reforça a polarização entre esquerda e direita no país, mas ocorre em um momento em que se posicionar contra direitos dos trabalhadores pode interferir na decisão do eleitor. Parlamentares têm evitado se posicionar publicamente de forma firme sobre o tema, comportamento típico em temas sensíveis. A direita queria adiar o debate para depois da eleição e o presidente Lula (PT) decidiu enviar um projeto próprio do Executivo ao Congresso em regime de urgência nos próximos dias, contando com simpatia



Ricardo Stuckert/PR

popular e pressão nas redes. A proposta (PEC ou projeto) precisaria passar por comissões e obter 3/5 dos votos em dois turnos (se for PEC). Hoje, a aprovação está longe de estar garantida, mas o debate por si só pode ter um peso grande na campanha. E a esquerda vai querer inflamar esse debate.

Quem vai votar contra?

Ronaldo Caiado, agora pré-candidato a presidente da República, se posicionou sobre o tema ao se filiar ao PSD. Segundo ele, o Congresso deve avaliar os possíveis impactos da mudança nas relações de trabalho e na economia. E antecipou o resultado da votação. "Se você coloca uma pauta que diz o seguinte, 'olha, você vai trabalhar menos e ganhar a mesma coisa', quem é que vai votar contra?"



Romullo Carvalho/Secom

Agora, ninguém descreveu as consequências que poderão vir."

Direita alternativa

Gilberto Kassab (PSD) aposta no potencial de Ronaldo Caiado (PSD) para chegar ao segundo turno nas eleições e, chegando, ele teria força para enfrentar tanto o presidente Lula (PT) quanto o senador Flávio Bolsonaro (PL), apontados como favoritos na disputa. Nome historicamente identificado com a direita, Caiado pode atrair eleitores de direita que não se identificam com o bolsonarismo, e que o apoiariam em um eventual segundo turno.

Ao optar por Caiado, Kassab se afasta de um projeto de centro democrático, representado por Eduardo Leite (PSD), e passa a investir em uma direita alternativa ao bolsonarismo.

Por pouco

Falta pouco para a definição do quadro político em Goiás, a definição do vice de Daniel Vilela (MDB), que já está bem afinada em três nomes: Gustavo Mendanha (PSD), José Mário Schreiner (MDB) e Luiz do Carmo (PSD). Os três estão em campanha, buscando apoios de setores e políticos. Mais difícil está a definição da chapa majoritária do PT, haja vista que os melhores nomes da esquerda não querem deixar a disputa para deputado estadual e federal para representar o campo.

O QUE O BRASIL QUER SER.

Goiás já é!

Viramos o jogo e já somos o estado número 1 em educação, segurança, saúde e desenvolvimento.

GOIÁS. O ESTADO QUE DÁ CERTO E É O **NÚMERO 1** DO BRASIL.

GOVERNO DE **GOIÁS**
O ESTADO QUE DÁ CERTO

ENTREVISTA FLÚVIA AMORIM

“Precisamos ter medo da doença, não da vacina”

Fotos: Divulgação

Andréia Bahia

TRIBUNA DO PLANALTO

O estado já conseguiu atingir as metas de cobertura vacinal recomendadas em quais imunizantes?

FLÚVIA AMORIM

Hoje nós estamos com a vacina contra a BCG, com mais de 90%, sendo que preconizada é 90%, e a vacina contra o rotavírus, estamos muito próximos, acho que nos próximos meses já conseguimos alcançar. E todas as demais que são preconizadas para crianças menores de dois anos, estamos muito próximos de atingir, todas acima de 80%.

Quais vacinas estão abaixo da meta?

A Pentavalente (imunizante que protege bebês contra cinco doenças graves em uma única aplicação: difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e infecções por Haemophilus influenza tipo B) ainda não alcançou, a de meningite e de poliomielite não alcançaram também. Estou dando aí duas que são muito importantes. São algumas que nós estamos próximos, mas ainda não alcançamos a meta.

Como a pandemia da Covid-19 impactou a vacinação infantil em Goiás? Lembrando que houve campanhas desestimulando a vacinação, colocando em xeque a segurança de imunizantes.

Impactou muito. Na verdade, a gente vinha observando, desde 2016, uma queda gradativa. A pandemia intensificou essa hesitação sobre a vacina, piorou. O que vinha caindo devagarzinho, pós-pandemia teve uma queda brusca muito grande, então aumentou o número de pessoas com hesitação vacinal. Esse movimento, que a gente chama antivacina, tem origem principalmente no hemisfério norte, Europa e Estados Unidos. Infelizmente, isso, pós-pandemia, criou uma força maior e muitas pessoas colocaram em xeque a segurança e a qualidade dessas vacinas.



A Flúvia Amorim

Subsecretária de Vigilância em Saúde

O A queda na cobertura vacinal registrada nos últimos anos, intensificada pela pandemia de Covid-19, ainda traz reflexos para a saúde pública em Goiás. Embora o estado tenha avançado na retomada dos índices de imunização infantil, com vacinas importantes já próximas ou acima das metas, especialistas alertam para o risco de reintrodução de doenças já controladas, como poliomielite e sarampo. Em entrevista, a subsecretária de Vigilância em Saúde, Flúvia Amorim, detalha o cenário atual da imunização no estado, os impactos da desinformação e os esforços para recuperar a confiança da população nas vacinas. Segundo ela, campanhas recentes já demonstram melhora na adesão, com destaque para o aumento

O cenário internacional, com aumento de doenças como o sarampo, preocupa o estado?

Com certeza. A gente tem porque, primeiro, o trânsito

de pessoas lá fora é muito grande, e tem casos no hemisfério norte, nos Estados Unidos, Europa, casos em alguns países da América do Sul também. Se

expressivo na vacinação durante o Dia D contra a influenza. Flúvia também aborda os investimentos feitos na rede de frio, na logística de distribuição e em sistemas de monitoramento que permitem identificar pessoas com vacinas em atraso. Além disso, destaca a importância da vigilância epidemiológica no contexto pós-pandemia, com maior integração entre municípios, estados e redes internacionais. Flúvia Amorim ainda chama atenção para outros desafios sanitários enfrentados por Goiás, como o avanço das arboviroses, especialmente dengue e chikungunya, e a pressão constante das doenças respiratórias sobre o sistema de saúde. Apesar dos avanços, ela ressalta que o estado segue em alerta diante de possíveis novas emergências sanitárias.

não melhorar a cobertura vacinal, considerando o trânsito, o fluxo de pessoas que é intenso, pessoas viajam o tempo inteiro, há um risco muito grande de termos a

A gente vacinava

em média 54 mil pessoas. Nesse último Dia D, nós vacinamos mais de 120 mil pessoas.

Mostra que a população, felizmente, está tendo mais consciência.

reintrodução desse vírus selvagem aqui. Por isso a importância de manter a cobertura vacinal alta. Mesmo estando circulando em países próximos, não tem o risco de chegar aqui se a gente estiver com todo mundo protegido, principalmente as crianças.

Como está sendo feito o monitoramento de casos suspeitos no estado?

O monitoramento é feito a partir da notificação de casos. Todo caso de doença que causa febre e manchas vermelhas no corpo faz parte do rol de doenças de notificação compulsória imediata, ou seja, o profissional tem que imediatamente notificar esse caso para a gente proceder toda a investigação.

A vacinação contra influenza tem uma meta alta, de 90% do público. O estado está confiante em atingir esse índice neste ano de 2026?

Eu falo que este é um ano em que estamos mais esperançosos, até pela resposta que a população deu no dia D da campanha da vacina. Foi um dos melhores dias D dos últimos cinco anos. A gente vacinava em média 54 mil pessoas. Nesse último dia D, nós vacinamos mais de 120 mil pessoas. Mostra que a população, felizmente, está tendo mais consciência e entendendo o que realmente é verdade, que a gente precisa ter medo da doença e não da vacina.

Quais foram os principais investimentos realizados pelo estado na área de imunização nos últimos anos?

Primeiro, um grande investimento que fizemos foi melhorar a qualidade da rede de frio, que é a rede que faz o armazenamento e o transporte para garantir qualidade; fizemos um grande investimento em capacitações, temos capacitações tanto online quanto presenciais; salas de vacina em todos os 246 municípios; investimos em transporte de vacina; investimos em algo que acho que é muito importante, principalmente para o gestor, que é um sistema pelo qual o município consegue verificar lá na unidade de saúde, lá na sala de vacina, que criança daquele bairro, daquela região não tomou vacina, com nome, endereço, telefone e nome da mãe, qual vacina ela não tomou e qual está atrasada. O município consegue se organizar melhor, pode ir direto na casa, se ele quiser levar a vacina e já vacinar, sabendo qual está faltando. Essa é uma ferramenta que foi criada pelo estado, disponibilizada para todos os 246 municípios.

A logística de distribuição de vacinas mudou após a pandemia?

Sofreu sim. Eu falo que são alguns os legados que a pandemia deixou. Um legado importante é justamente a melhoria da qualidade da nossa rede de frio, que é onde nós armazenamos essas vacinas e a forma na qual a gente transporta essas vacinas: com carros próprios, câmaras específicas para vacina, distribuídas para vários municípios e reestruturação de toda a rede estadual que armazena e a logística também de transporte.

Como combater a desinformação sobre vacinas?

É uma luta árdua, mas a gente tem discutido muito, primeiro tentando entender por que as pessoas não estavam querendo vacinar, esse foi o primeiro ponto. Qual era a causa ou as possíveis causas. Depois, trabalhar mais com a divulgação dessas vacinas combatendo as fakes news. A nossa equipe de comunicação tem trabalhado muito no combate às fakes news, fazendo esse rastreamento nas redes. A partir do momento que é identificado uma notícia inverídica, eles já fazem um post para

replicar isso, especialmente nos sites oficiais. A questão da educação, trabalhando nas escolas, com as crianças e adolescentes, e campanhas publicitárias. Agora, por exemplo, estamos com a campanha para a gripe influenza, falando da vacinação contra a gripe. A gente começa a divulgar e pedir para as pessoas olharem sites oficiais, isso é muito importante, não compartilhar mensagens, posts que eles não sabem a origem, que não são de órgãos oficiais.

As pessoas passaram a entender um pouco mais da importância de se ter serviços de vigilância epidemiológica, seja no município, seja no estado, no governo federal, que sejam sensíveis a qualquer mudança.



As doenças respiratórias, como a influenza, ainda pressionam o sistema de saúde. O estado está preparado para picos simultâneos?

A gente, não só o estado, mas lembrando que a rede de atenção é municipal e estadual, tem feito esse trabalho de monitoramento para conseguir anteceder algum possível aumento. Isso a gente tem feito junto com os municípios, a preparação para resposta. Temos plano de contingência já elaborado e trabalhado com os municípios para que os municípios também aprendam a monitorar e entender

se está mudando o padrão e precisa se preparar. Para uma grande epidemia como Covid estaremos 100% preparados? Para algo como a Covid a gente nunca vai estar 100% preparado, mesmo porque há uma mudança desse padrão, mas temos minimamente trabalhado na preparação de profissionais de saúde, capacitando profissionais de saúde para atender adequadamente o paciente com doenças respiratórias, a fazer a notificação desses casos, principalmente casos graves, para a gente entender o que está causando essa doença respiratória importante. E preparar as unidades de saúde também, com leitos de UTI se for necessário, a depender da situação epidemiológica.

Mesmo após a pandemia da Covid-19, ainda há risco de novas ondas ou variantes preocupantes?

Não só Covid, o SARS-CoV, que é o vírus que causa a Covid-19, mas o próprio vírus influenza. Temos feito o monitoramento e esse monitoramento pós-pandemia se tornou mundial. Existe uma rede internacional pela qual são compartilhadas essas informações para saber se há algum vírus novo, algum que sofreu mutação e aumentou gravidade, principalmente. Um exemplo recente foi uma mutação do vírus influenza H3N2, principalmente no hemisfério norte, na sazonalidade do inverno deles. E essa mutação aumenta a transmissibilidade. Eles estavam chamando de um novo vírus K, mas não é um novo vírus K. Na verdade, é o vírus Influenza H3N2, que sofreu uma pequena mutação, e essa mutação está aumentando a transmissibilidade. Aumentou principalmente no hemisfério norte. Isso é algo que a gente está monitorando aqui no Brasil porque já chegou no Brasil também.

O avanço da dengue e outras arboviroses no Brasil pode ser considerado uma emergência sanitária? Como Goiás enfrenta esse cenário?

É uma doença sazonal. A gente sabe que no verão, com a chuva e o calor, aumentam os números de casos, e com as mudanças climáticas isso tende a piorar ao longo dos anos. Já tem dados científicos que comprovam isso. A preparação, assim como falei da influenza, é a mesma situação das arboviroses. Sabendo que existe uma



sazonalidade, temos feito um trabalho também com plano de contingência para preparar toda a rede, seja de vigilância, a partir de laboratório, controle do vetor e assistência, para atender da melhor forma possível os pacientes que chegarem. Porque são duas frentes de trabalho, uma é de combate ao vetor para diminuir a transmissão e outra é para melhorar a assistência e evitar óbitos.

A queda na cobertura vacinal global pode trazer de volta doenças já erradicadas ou controladas para o país, em especial para o nosso território?

Na verdade, no mundo com certeza isso pode acontecer, mas vou falar do Brasil e do nosso estado. A partir do momento que diminui a cobertura vacinal, significa que há muitas pessoas que estão suscetíveis, ou seja, sem proteção. Vou dar um exemplo da poliomielite. Nós temos a erradicação da poliomielite nas Américas, no continente americano não tem caso de poliomielite, mas tem no Oriente Médio. Se a gente diminui a cobertura no Brasil e vem uma pessoa do Oriente Médio no período de transmissibilidade e entra em contato com uma criança não vacinada, podemos ter o retorno da poliomielite. É um risco altíssimo. Por isso a necessidade de manter altas coberturas. Com 90%, 95% de cobertura, esses 5% que não se vacinaram não correm risco, porque o vírus não vai ter como chegar até ele, considerando uma população com grande parte já protegi-

da e vacinada. **O Brasil vive atualmente um risco silencioso de novas emergências sanitárias ou nossos sistemas estão preparados para identificar isso?**

O mundo melhorou muito a vigilância. A gente fala da vigilância epidemiológica pós-Covid porque as pessoas passaram a entender um pouco mais da importância de se ter serviços de vigilância epidemiológica, seja no município, seja no estado, no governo federal, que sejam sensíveis a qualquer mudança, a qualquer alteração de doença conseguir captar para poder investigar e entrar com as medidas de controle. Pós-pandemia isso melhorou muito, não só em Goiás, no Brasil, mas mundo afora, mas não adianta só esse serviço. A gente precisa que todos os profissionais de saúde estejam atentos a isso. Mudou o padrão de doença, alguma doença que passou a atender em maior quantidade, uma doença que não está achando o diagnóstico. Tudo isso precisa servir de alerta para a notificação para os serviços de vigilância epidemiológica do Brasil como um todo.

Qual é hoje a maior ameaça sanitária para a população goiana?

Para o estado de Goiás tem as arboviroses, dengue e chikungunya, esse ano foi avassalador em alguns municípios e as doenças respiratórias, com certeza.

Análise

Italo Wolff
wolffic@gmail.com

ELEIÇÃO 2026

A arriscada aposta pela direita: como Caiado planeja capturar o eleitorado de Flávio Bolsonaro

A dificuldade de Caiado será levar propostas bem sucedidas em Goiás para um eleitor que não quer ouvir um 'Plano B do bolsonarismo'

F ora de Goiás, a confirmação pelo PSD da candidatura de Ronaldo Caiado à Presidência da República repercutiu mais do que todas na última semana. Embora outros pré-candidatos surjam como terceira via com maior intenção de votos a depender do instituto — Renan Santos (Missão) está em terceiro segundo Paraná Pesquisas, ou Romeu Zema segundo BTG/Nexus — Caiado foi aquele a que se destinou mais tempo de cobertura e análises na imprensa nacional. Em Goiás, vale a pena questionar por quê.

No estado, a aprovação ao governo de Ronaldo Caiado tornou quase unanimidade: quatro entre cinco pessoas apoiam sua gestão, o que o coloca como o líder no ranking de aprovação dos gestores estaduais, segundo os dados da pesquisa AtlasIntel de dezembro de 2025. Portanto, para os goianos, pode haver certa distorção na percepção pública de seu projeto: pode-se pensar que sua política de segurança ou saúde repercute nacionalmente. Mas Goiás é um estado pequeno, em população e em influência político-cultural no eixo onde estão as empresas de comunicação.

Na realidade, sua candidatura é insuflada por uma demanda de determinadas instituições por uma alternativa a Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). Essa não é uma demanda da maioria dos eleitores (pode vir a ser, no futuro, se o Master desgastar ainda mais a imagem desses personagens do status quo, por exemplo). A maior parte do eleitorado

segue muito dividida entre PT e PL, como está desde 2018, sem clamor popular pela terceira via.

Tanto é assim que o próprio Caiado não se posicionou enquanto via de centro moderado, mas como segunda alternativa da direita, que polariza ainda mais acentuadamente com Lula. No dia do anúncio da candidatura, levantamento da Nexus mostrou que boa parte das 962 mil interações nas redes sociais (X, Facebook e Instagram) com o nome de Ronaldo Caiado se referiram à sua primeira promessa de campanha: anistiar Jair Bolsonaro e condenados pela tentativa de golpe do 8 de janeiro.

A quem toca essa promessa? Aos 15% de eleitores no núcleo do bolsonarismo; é uma espécie de cartão de visita, um convite para que esse segmento escute seus argumentos. O governador goiano tentou se mostrar mais experiente que Flávio, mais condecorado, com mais realizações em seu currículo, e com reputação mais ilibada. É uma estratégia incerta: os admiradores de Bolsonaro vão se identificar mais com Caiado do que com o próprio filho de Jair?

Acontece que Flávio é um candidato de risco: rachadinhas, milícias, golpismo. Com o aquecimento da campanha, o jornalismo pode encontrar novos esqueletos em seu armário e sua candidatura pode afundar. Caiado estaria se preparando, no aquecimento, pronto para substituí-lo perante seu eleitorado.

ESPAÇO PARA CRESCER NA FRAGILIDADE DE FLÁVIO BOLSONARO

Como consequência da entrada de Caiado enquanto candidato ainda mais à direita, Flávio Bolsonaro é empurrado para o centro. A diferença já se faz notar: o filho zero um de Jair votou a favor da proposta de lei que inclui a misoginia como um crime de preconceito previsto na Lei do Racismo numa tentativa de ampliar votos para o eleitorado feminino. Além disso, o senador se posicionou contra o impeachment de



Divulgação

Alexandre de Moraes e prometeu que vai aumentar o Bolsa Família. Posturas de esquerda?

Concomitantemente, Flávio tentou manter sua base no evento conservador americano CPAC, onde discursou pedindo monitoramento e pressão diplomática por "eleições justas no Brasil", além de afirmar que as terras raras brasileiras serão "muito úteis" para sustentar os Estados Unidos como superpotência. Postura de extrema direita? O fato é que Flávio não sabe, e, na tentativa de se posicionar ao centro, acaba por passar uma mensagem confusa para os eleitores.

A estratégia já tem dado errado: pesquisa Polymarket apontou queda de 6 pontos percentuais nesta semana (foi para 39,5%, sendo ultrapassado por Lula com 45%). Afinal, quem acredita em bolsonarismo moderado? O discurso moderado desagrada a seu público, que está mais próximo do conservadorismo de ponta que de meio do espectro.

É para esse público descontente que Ronaldo Caiado acena. Seus últimos discursos foram voltados a fustigar Flávio por meio do contraste: disse que seu desafio não é vencer a eleição, mas governar de forma que o PT não retorne — uma alusão ao fracasso de Jair na reeleição contra Lula.

DIFICULDADES À VISTA

O maior desafio de Ronaldo Caiado agora é tornar-se nacionalmente conhecido. Para isso, usará suas realizações em Goiás como exemplo do que poderia ser reproduzido no Brasil. O que pesa contra essa estratégia é o contexto de polarização entre dois atores, que propicia os ataques e o personalis-

mo, ficando prejudicada a discussão de soluções para o Brasil. Com a grande rejeição dos dois principais candidatos, há forte punição para quem vacilar, o que premia a abstenção de debates e os pronunciamentos meticulosamente desenhados pelas equipes de marketing.

Em outras palavras, há grande chance de o eleitor chegar ao dia da votação sem ter dado ouvidos a Caiado, pois terá passado a campanha em meio a investidas contra o caráter dos concorrentes, promessas populistas e ameaças de cortes de direitos. O fenômeno já começou: na última semana, o PT divulgou nas redes sociais que, caso seja eleito, Flávio Bolsonaro vai acabar com o Pix para agradar aos americanos. Em meio a esses apelos emocionais que afetam o dia-a-dia do brasileiro, vai haver paciência e espaço para discutir o Brasil?

Outro complicador contextual é a distribuição das verbas para campanha. Enquanto se estima que o investimento necessário para fazer uma campanha presidencial competitiva seja de pelo menos R\$ 100 milhões, o PSD tem outras prioridades, como Raquel Lyra em Pernambuco e Eduardo Paes no Rio de Janeiro. Há ainda a necessidade de fazer a maior bancada possível de deputados federais para garantir a distribuição do fundo partidário nos próximos pleitos. Caiado pode não receber o que espera se não chegar logo aos dois dígitos de intenção de votos.

Essa necessidade de crescer rápido, aliás, é o que justifica a pressa de Ronaldo Caiado por se distinguir do bolsonarismo e não ficar caracterizado como linha auxiliar de Flávio. Logo em

seu primeiro discurso, o governador goiano destacou sua defesa da ciência — fator que levou ao seu rompimento com Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 em 2020. Infelizmente para Caiado, a distinção seria mais efetiva se Flávio participasse dela, mas o senador bolsonarista tem todos os incentivos para jogar parado e evitar desgastes.

POR QUE NÃO LEITE?

Quando se diz que uma candidatura alternativa a Lula e Bolsonaro é demandada por instituições, está se falando também dos partidos políticos. O modelo Gilberto Kassab (presidente do PSD) de fazer política é chave para entender por que Caiado se comporta como se comporta, e por que organizações dedicam tempo e espaço para uma candidatura que, com 4% de intenções (Quaest), parece superestimada.

O PSD está distribuído em acordos fisiológicos com o poder em todos os estados. Gilberto Kassab preteriu Eduardo Leite porque este é um político mais à esquerda do que Caiado, e tê-lo como candidato em 2026 significaria impedir os membros do PSD de esquerda de negociarem apoio a Lula; além de embaraçar alguns de seus principais representantes, como o líder do partido na Câmara, Antônio Brito, que são de centro-direita, a apoiar uma candidatura avessa à sua postura parlamentar.

Caiado desobriga o PSD de esquerda, que fica livre para apoiar Lula. Além disso, unifica o PSD de direita sob uma candidatura mais segura que a de Flávio, e permite que o partido siga com seu modelo de apoio aos incumbentes regionais. Isso não significa que a candidatura de Caiado é mero pretexto — Caiado pode ganhar tração de fato, em especial porque encontra boa vontade da imprensa com novos atores neste contexto de desgaste generalizado. O caso Master, novamente, atinge esquerda e direita, deteriorando STF e governo, Lula e Ciro Nogueira (aliado de Bolsonaro), e não gruda em Caiado.

COMPROMISSO

“Goiás é e vai continuar sendo o estado mais seguro do Brasil”, afirma Daniel Vilela

Com sete anos consecutivos de queda nos índices de criminalidade, governador garante que manterá diretrizes de tolerância zero contra o crime, responsáveis por tornar o estado o mais seguro do Brasil



Secom

Daniel Vilela assume o governo de Goiás e reafirma compromisso de manter política de segurança que transformou Goiás no estado mais seguro do Brasil

Da Redação

O governador Daniel Vilela assumiu o comando do Estado nesta terça-feira (31/3), em solenidade na Assembleia Legislativa, com o compromisso de dar continuidade à política de segurança pública que transformou Goiás em referência nacional no combate à criminalidade. Acompanhando de perto a implementação das ações, a estratégia será mantida e ampliada, com foco na preservação dos resultados já alcançados e no fortalecimento das forças policiais. “Goiás é e

vai continuar sendo o estado mais seguro do Brasil”, afirmou Daniel ao assumir a chefia do Executivo goiano.

A atual política de segurança adotada em Goiás se estrutura em três pilares: integração entre as forças, valorização do efetivo e controle do sistema prisional. Ao longo dos últimos sete anos, o modelo resultou em queda consistente dos principais indicadores criminais.

Entre 2018 e 2025, os homicídios dolosos foram reduzidos em mais de 60%, enquanto crimes patrimoniais, como

roubos de veículos, apresentaram queda superior a 90%. O estado também alcançou marcas históricas recentes, como o menor número de homicídios desde o início da série histórica, com 46 registros em janeiro passado. Outros indicadores seguem a mesma tendência, como roubo de carga, com queda de 98%, roubo em comércio e a transeunte, ambos com queda de 92%, consolidando Goiás como um dos estados mais seguros do país.

“Não vamos baixar a guarda na segurança pública. Pelo con-

trário, é jogo duro contra a bandidagem. Com o governador Ronaldo Caiado, os bandidos mudaram de estado ou mudaram de profissão. E esse continuará sendo o principal mandamento da nossa gestão”, afirmou Daniel.

Daniel Vilela destaca que os resultados são fruto de uma atuação estruturada, baseada em planejamento e investimentos contínuos, e reforça o compromisso de manter o apoio às forças de segurança. “Podem ter certeza que a melhor força de segurança do

Brasil vai continuar tendo o mesmo apoio, o mesmo respaldo do governador do estado. É tolerância zero com a bandidagem e cuidado pleno com o cidadão de bem”, declarou.

A área da segurança em Goiás também tem avançado na modernização das ações, com ampliação do uso de ferramentas tecnológicas, como a IA contra o crime, programa de inteligência artificial já em operação. A iniciativa contribui para agilizar o atendimento de ocorrências, aumentar a taxa de elucidação de crimes e tornar o policiamento mais eficiente.

A continuidade da política inclui ainda a manutenção dos investimentos realizados nos últimos anos, que somam mais de R\$ 17 bilhões em estrutura, equipamentos, viaturas, aeronaves e modernização do sistema penitenciário. As medidas permitiram maior controle dentro das unidades prisionais e reduziram a atuação de organizações criminosas.

Ao assumir o governo, Daniel Vilela sinaliza que o Estado seguirá no mesmo caminho que garantiu resultados históricos, com foco no combate à criminalidade, na atuação integrada das forças de segurança e no avanço de Goiás como referência nacional na área.

COMBUSTÍVEL

Governador Daniel Vilela anuncia adesão ao subsídio do diesel para conter alta de preços

Secult



Governador Daniel Vilela anuncia que Goiás vai aderir a subsídio do diesel para conter alta de preços

O governador Daniel Vilela, em seu primeiro ato após cerimônia de posse na Assembleia Legislativa, anunciou nesta terça-feira (31/03) que Goiás vai aderir à proposta que prevê subsídio temporário a importadores de diesel, com o objetivo de conter a alta do preço do combustível no país. A medida prevê a concessão de subvenção no valor total de R\$ 1,20 por litro de óleo diesel, com a União e os estados arcando com partes iguais, ou seja, R\$ 0,60 para cada.

“Vamos dar a nossa contribuição para que a população não seja ainda mais prejudicada com novos aumentos. Qualquer tipo de reajuste no diesel, combustível essencial para o principal modal de transporte do país, que é o rodoviário, tem reflexo direto para os consumidores e é algo que não queremos”, afir-

mou Daniel Vilela.

Durante coletiva à imprensa, o governador salientou que em conversa ontem (30/04) com o novo ministro da fazenda, Dario Durigan, e o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reivindicou a possibilidade de compensação por meio do abatimento da parcela da dívida que o estado paga a União ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

“Essa possível compensação não foi definida, mas nós estaremos nos próximos dias tentando conquistar e amenizar esse impacto fiscal”, afirmou Vilela ao explicar que os impactos da medida para o estado “é significativo, em torno de R\$ 43 milhões por mês”. “E se for necessário nova medida provisória (para estender o prazo além de dois meses), será custeado totalmente pelo governo

federal”, emendou o governador.

EFEITOS DA GUERRA

Segundo o Executivo goiano, a decisão pela adesão a subvenção considera o atual cenário de volatilidade nos preços interna-

cionais do petróleo, influenciado pela guerra no Oriente Médio, que elevou a cotação do combustível, e por conta de ameaças do fechamento do Estreito de Ormuz, onde passam cerca de 20% da produção global.

A preocupação do governo estadual é com os reflexos diretos sobre a previsibilidade dos preços e os custos da cadeia produtiva, especialmente nos setores de transporte e agropecuária. “A adesão busca reduzir os efeitos inflacionários sobre a economia, contribuir para a regularidade do abastecimento e preservar o equilíbrio fiscal do Estado, observando o caráter excepcional e temporário da medida”, garante Daniel Vilela.

Além de Goiás, outros 17 estados se manifestaram favoráveis à adesão da subvenção ao diesel: Acre (AC), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Espírito Santo (ES), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Piauí (PI), Paraná (PR), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Sergipe (SE), Santa Catarina (SC).

ANÁPOLIS

Márcio Corrêa “abandona” PL para apoiar Daniel e Caiado

Fotos: Divulgação



Márcio Corrêa ao centro e dois dos candidatos ao Governo de Goiás: Wilder Moraes (Esquerda) e Daniel Vilela (Direita)

Prefeito de Anápolis mantém apoio ao atual governo do Estado e praticamente ignora pré-candidatura de Wilder Moraes, expondo tensão partidária

Carlos Nathan Sampaio

A movimentação política do prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), rumo às eleições estaduais de 2026 tem evidenciado um reposicionamento que, embora ainda não declarado de forma oficial, já produz efeitos concretos dentro e fora de seu partido. Eleito pela sigla comandada em Goiás por Wilder Moraes, Corrêa tem dado sinais cada vez mais claros de alinhamento ao projeto político liderado pelo agora governador

Daniel Vilela (MDB), “herdeiro” direto de Ronaldo Caiado (PSD), agora pré-candidato à Presidência.

O ponto de inflexão mais evidente ocorreu ainda em fevereiro, quando o prefeito substituiu o então líder do governo na Câmara, Jean Carlos (PL), pelo vereador José Fernandes (MDB). A troca, vista inicialmente como uma reorganização administrativa, acabou sendo interpretada nos bastidores como um gesto político relevante: ao entregar a liderança do Executivo municipal a um parlamentar ligado ao MDB — partido de Daniel Vilela — Corrêa abriu espaço institucional para um diálogo mais fluido com a base governista estadual.

A escolha ganhou ainda mais peso diante do contexto político que se desenhava. Em março, o prefeito foi colocado diante de um teste claro de fidelidade partidária. No mesmo dia em que Wilder Moraes realizava, em Anápolis, um evento estratégico do PL para fortalecer sua pré-candidatura ao governo, a base de Ronaldo Caiado promovia, em

Jaraguá, o lançamento político de Daniel Vilela.

Corrêa optou por não comparecer ao evento de seu próprio partido — decisão que, por si só, já foi interpretada como um gesto político significativo. Ainda que não tenha marcado presença pública ao lado de Vilela naquele momento, a ausência no encontro do PL reforçou a percepção de distanciamento em relação à candidatura de Wilder Moraes.

Desde então, o prefeito tem adotado um discurso de cautela, afirmando que está “do lado certo” e que se posicionará “no momento adequado”. Na prática, porém, suas ações caminham em outra direção. A intensificação do diálogo com o governo estadual e a busca por parcerias administrativas indicam uma aproximação concreta com a nova gestão.

Um dos exemplos mais claros dessa convergência é a articulação para obtenção de apoio estadual ao sistema de transporte coletivo de Anápolis, um dos principais problemas da cidade. A prefeitura passou a depender diretamente de decisões do governo

comandado por Daniel Vilela para viabilizar medidas como subsídios indiretos e melhorias operacionais. Deputados aliados, como Amilton Filho (MDB), já atuam como ponte entre o Executivo municipal e o Palácio das Esmeraldas.

Ao mesmo tempo, o ambiente político local também reforça esse alinhamento. A Câmara Municipal de Anápolis demonstrou apoio explícito à nova gestão estadual durante a posse de Vilela, consolidando um cenário em que as principais lideranças políticas da cidade orbitam em torno da base governista.

Nesse contexto, a posição de Márcio Corrêa passa a ser vista menos como indefinição e mais como estratégia. Ao evitar um rompimento formal com o PL, o prefeito preserva pontes com sua base original. No entanto, ao avançar em direção ao grupo de Ronaldo Caiado e Daniel Vilela, amplia seu espaço de negociação e acesso a recursos — ainda que isso implique desgaste interno.

A ambiguidade, contudo, cobra seu preço. A ausência

de um posicionamento claro diante de uma disputa que envolve diretamente seu partido levanta questionamentos sobre coerência política e fidelidade ideológica. Em um cenário de polarização crescente, a tentativa de transitar entre dois campos pode ser interpretada tanto como habilidade estratégica quanto como oportunismo.

Para um gestor à frente de um dos maiores colégios eleitorais de Goiás, a escolha não é trivial. O apoio a Daniel Vilela — em detrimento de Wilder Moraes — tende a consolidar sua inserção na base governista, mas também pode aprofundar fissuras dentro do PL e afetar sua relação com parte do eleitorado.

No fim, mais do que uma simples decisão eleitoral, o movimento de Márcio Corrêa revela uma reconfiguração política em curso — na qual alianças partidárias cedem espaço a cálculos pragmáticos de poder. Resta saber se, até 2026, essa estratégia será vista como um acerto político ou como um risco que pode custar caro nas urnas.

GOIÂNIA

Investimentos alcançam 10% do previsto e Paço atua para agilizar ritmo de execução

Divulgação

Com superávit no caixa e execução inicial de investimentos, gestão aposta na entrega de obras para melhorar avaliação ao longo do ano

Lucas de Godoi

A execução orçamentária da Prefeitura de Goiânia no primeiro bimestre de 2026 indica que, apesar do equilíbrio fiscal, o Paço ainda enfrenta o desafio de acelerar o ritmo de investimentos para transformar previsão em entrega concreta. No período, a execução alcançou 9,9% do volume previsto no orçamento, sinalizando que a maior parte dos recursos destinados à melhoria da cidade ainda não se materializou. Do total de cerca de R\$ 1,26 bilhão previsto para investimentos no ano, apenas R\$ 125,9 milhões foram efetivamente executados até fevereiro.

Ao todo, R\$ 309,1 milhões já foram empenhados, o que reflete o avanço da carteira de projetos, que começa a sair do planejamento para a fase de contratação. Esse movimento é resultado da estruturação realizada no ano passado, quando a gestão contratou, por R\$ 138 milhões, uma empresa para elaboração de projetos, criando as condições para



Com resultado fiscal positivo, gestão foca em acelerar obras para impactar percepção pública

acelerar licitações e destravar a execução das obras ao longo de 2026.

Esse ritmo ocorre em um contexto de resultado fiscal positivo, sustentado pela diferença entre arrecadação e despesas no início do exercício. A receita municipal somou R\$ 2,005 bilhões no bimestre, dentro de um patamar esperado para o período, enquanto as despesas liquidadas alcançaram R\$ 1,61 bilhão, gerando superávit de até R\$ 466,5 milhões quando considerados os valores pagos.

Esse saldo reflete o equilíbrio das contas e a dificuldade de transformar recursos disponíveis em execução efetiva. Mesmo sob

decreto de calamidade financeira, que permite maior flexibilidade nas contratações, a administração ainda enfrenta entraves operacionais e de controle, evidenciados em casos como a contratação de serviços de sinalização viária, barrada pelo TCM-GO.

Na prática, o caixa elevado convive com desafios na contratação e execução de projetos de maior porte, o que, nos bastidores, reforça a avaliação de que será necessário destravar etapas burocráticas e acelerar a execução para que os investimentos cheguem à cidade e contribuam para melhorar a percepção sobre a gestão.

APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL

A execução das despesas obrigatórias mostra o peso dos gastos correntes no orçamento municipal. No primeiro bimestre, as despesas com pessoal e encargos sociais somaram R\$ 831,7 milhões liquidados, cerca de 41% de tudo o que foi arrecadado no período, mantendo-se como a principal frente de desembolso da prefeitura.

Já nas áreas com aplicação mínima exigida por lei, os percentuais ainda estão abaixo do que será exigido ao longo do ano. Na saúde, foram aplicados R\$ 145,9 milhões com recursos de impostos, o equivalente a 10,67% da base, frente ao

mínimo anual de 15%. Na educação, a aplicação chegou a R\$ 146,7 milhões, ou 10,73% da base, também distante do mínimo constitucional de 25% neste momento do exercício.

No caso do Fundeb, 62,37% dos recursos foram destinados à remuneração dos profissionais da educação básica, percentual próximo do mínimo de 70%, que tende a ser ajustado ao longo dos próximos meses.

Os números indicam que, no início do ano, a execução dessas despesas ainda está em formação e deve ganhar ritmo ao longo do exercício, acompanhando a evolução do orçamento como um todo.

Empréstimos também enfrentam impasse na execução

A mesma lógica observada no orçamento corrente se reproduz nos recursos provenientes de operações de crédito, que, apesar de já contratados e com destinação definida, também enfrentam dificuldades de execução dentro dos prazos inicialmente estabelecidos.

Em março de 2024, a Câmara Municipal autorizou a contratação de um empréstimo junto ao Banco do Brasil para viabilizar um pacote de financiamentos que soma cerca de R\$ 710 milhões, direcionado a investimentos estruturantes.

Dentro desse conjunto, contratos que totalizam R\$ 464,3 milhões tiveram o prazo de utilização prorrogado pela atual gestão, conforme despachos publicados nesta semana. Um deles, no valor de R\$ 126,3 milhões, e outro de R\$ 338 milhões, passaram por aditivos

para readequação dos cronogramas, indicando a necessidade de extensão do prazo para viabilizar a execução dos recursos. A prorrogação desses contratos sugere que, mesmo com financiamento aprovado e disponível, a execução permanece condicionada a fatores semelhantes aos do orçamento próprio, como planejamento, licitações e capacidade operacional de implementação.

No ano passado, o prefeito Sandro Mabel (UB) tentou desvincular a lista de obras herdada da gestão anterior, mas a proposta de "descarimbar" o recurso enfrentou resistência dos vereadores e foi retirada da Câmara em julho de 2025.

Neste contexto, no início do segundo ano de governo, a execução dos investimentos passa a ser o principal termômetro da gestão. Nos bastidores, a avaliação é de que acelerar

obras e tirar projetos do papel será decisivo para melhorar a aprovação da administração, hoje pressionada em levantamentos nacionais.

Com mais de 90% do previsto ainda sem execução e parte dos recursos reprogramados, a forma como a gestão Sandro Mabel destravar esse ritmo ao longo de 2026 deve definir tanto a capacidade administrativa quanto o capital político da gestão.

TECNOLOGIA

Demanda de água para data centers preocupa pesquisadores

Governo anunciou a construção de quatro dessas instalações gigantescas no estado, enquanto aumenta rejeição a elas no mundo

Carla Borges

Em um contexto de crescente rejeição à instalação de data centers por questões ambientais, principalmente nos Estados Unidos (EUA), Goiás terá a instalação de quatro dessas superestruturas para receber servidores, sistemas de armazenamento, equipamentos de rede e infraestrutura de TI crítica. O anúncio foi feito pelo diretor-executivo do Instituto Mauro Borges (IMB), Erik Figueiredo, em entrevista à Tribuna do Planalto publicada no último dia 14. Por questões contratuais, ele não revelou a localização de três desses supercentros de dados. Um deles será conectado ao Centro de Inteligência Artificial da Universidade Federal de Goiás (UFG), nas imediações de Goiânia.

Figueiredo minimizou impactos ambientais e defendeu que a discussão sobre os data centers tem de acontecer. Em maio do ano passado, entrou em vigor a Lei Complementar 205, que Política Estadual de Fomento à Inovação em Inteligência Artificial no Estado de Goiás e prevê incentivos para essas atividades. A edição da lei e prospecções em missões internacionais projetaram Goiás e publicações nacionais noticiaram movimentações para atrair gigantes como Amazon e Google para instalarem seus data centers no estado. No entanto, não se questionou a questão ambiental enfrentada por locais como a Georgia, nos EUA.

No mês passado, o Estado de Nova York tornou-se o sexto nos EUA a ter projetos de lei para suspender a construção de novas instalações em sua jurisdição, pelo período de três anos. Essa reação tem razões socioambientais. Data centers



Divulgação/Meta

Data Center da Meta em construção nos EUA

funcionam 24 horas por dia e consomem quantidades massivas de eletricidade e de água para processamento e refrigeração. Além disso, geram um zumbido contínuo e alto, descrito por moradores vizinhos a data centers nos EUA como um "pesadelo" sonoro, afetando a qualidade de vida. Por fim, há preocupações com a poluição, emissão de gases tóxicos e a geração de lixo eletrônico, como servidores, que precisam ser trocados por outros mais modernos, baterias e outros inservíveis.

ESCASSEZ DE ÁGUA

Um amplo diagnóstico feito por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG) entre 2017 e 2025, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), mostrou que toda a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) corre o risco de sofrer com a escassez de água. Isso porque os cursos d'água superficiais e o lençol freático vêm sendo desgastados a tal ponto que a tão falada crise hídrica está prestes a se tornar calamidade, sobretudo em períodos de seca.

O estudo foi realizado por 38 pesquisadores e coordenado por professores da Escola de Engenharia Civil e Ambiental (EECA/UFG) e observou que cidades como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e Bela Vista crescem e fazem planos de expansão sem considerar as condições locais de abas-



Professora Karla Emmanuela: "Vamos disputar água com esses equipamentos"

tecimento. Uma das coordenadoras da pesquisa, a professora da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da UFG Karla Emmanuela Ribeiro Horta, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, falou com a Tribuna do Planalto sobre possíveis consequências da instalação de data centers na região, especialmente em relação ao consumo de água para resfriar esses equipamentos.

"É um novo modelo de extrativismo predatório", define a pesquisadora, acrescentando que se estima que um data center consuma água ao longo do ano equivalente a uma cidade de até 50 mil habitantes. "Em nosso Estado, metade dos municípios tem 20 mil habitantes ou menos. A RMG concentra um terço da

população de Goiás e a Saneago está prospectando onde será a futura nova barragem", avalia Karla Emmanuela, que também integra, como pesquisadora, o grupo Observatório das Metrôpoles, que reúne estudiosos de todo o país. "Não vejo problema em pensar em desenvolvimento tecnológico, o que não se pode é comprometer a qualidade de vida das pessoas".

SENSO COMUM

Um dos questionamentos fundamentais nesse contexto, avalia a professora da UFG, é por que o governo quer que Goiás receba esse tipo de equipamento. "Há um senso comum de que o local terá desenvolvimento tecnológico, mas isso pode ser um mito. A vinda de data centers para Goiás não significa necessariamente o desenvolvimento de tecnologia, mas certamente haverá armazenamento de material que se tornará resíduo", pontua a professora. Ela lembra que essa situação criará uma nova disputa em um cenário em que já existem conflitos pelo uso e pela outorga de água: "Vamos disputar a mesma água que esses equipamentos, não há água nova, será a mesma, repartida", explica Karla Emmanuela.

Para ela, a tendência, com a instalação de superestruturas que necessitam de água para se resfriar, é de aceleração no processo de estresse hídrico. "Permitir a instalação desses equipamentos sem um estudo

ambiental robusto é preocupante, para não dizer alarmante", define, lembrando que os eventos climáticos extremos já alteraram a configuração do regime hídrico do Cerrado, antes caracterizado por seis meses de seca e seis meses de chuva. "Hoje, esses seis meses estão virando oito", observa. Para ela, qualquer instalação desse gênero deve ser precedida de um Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA/RIMA) rigoroso, ao mesmo tempo em que se testam novas formas de resfriamento.

Outro aspecto é o impacto ambiental sonoro. De acordo com Karla Emmanuela, um data center pode gerar um zumbido de até 80 decibéis, o que traz impactos significativos não só para a população que vive nas imediações, mas também para a fauna. "Há muitos aspectos que deveriam ser olhados antes de propor algo tão impactante, todo desenvolvimento tecnológico na atual conjuntura de mudanças climáticas deveria passar por estudos profundos", defende.

LICENCIAMENTO

Procurada, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) informou, por meio de sua assessoria, que o governo iniciará a adoção da Inteligência Artificial (IA) no licenciamento ambiental em Goiás. A implementação da IA está sendo feita em parceria com o Google, que ofertou o desenvolvimento de uma solução, chamada Mínimo Viável Possível (MVP). O MVP é uma versão mais simplificada do serviço. Depois dos eventuais ajustes e da validação, as partes avançarão para o contrato efetivo.

Já o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), também procurado pela reportagem para saber sobre eventuais impactos ambientais, enviou nota informando que "não recebeu nenhuma representação sobre o assunto até o momento". E prossegue: "Mas a instituição, dentro de suas atribuições constitucionais, estará sempre atenta e vigilante em relação a qualquer questão que possa vir a afetar o direito assegurado a um meio ambiente ecologicamente equilibrado".



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Jogadores estrangeiros invadem o futebol brasileiro

O campeonato brasileiro de 2026 bateu recordes, iniciando com mais de 150 jogadores estrangeiros, consolidando por aqui a presença de atletas de outras nacionalidades. Uruguaios, argentinos, paraguaios, colombianos, equatorianos e até venezuelanos lideram a presença de gringos atuando em clubes como Grêmio, Fluminense, Flamengo, Botafogo, São Paulo e Internacional. Até nos clubes considerados de nível intermediário, como Goiás, Atlético e Vila Nova, eles estão presentes. Além de jogadores, técnicos de outros países, principalmente de Portugal, estão presentes no mercado do futebol brasileiro.

O que há de mal nisto? Teoricamente nada, na prática, pode justificar o mau momento do futebol brasileiro, a inexistência de craques e o baixo nível

apresentado pela seleção brasileira nos últimos anos. As equipes não conseguem mais formar craques, como já aconteceu na base de todos os clubes do Brasil. Quando estouram a idade na base, acabam desistindo do sonho de se tornar um grande jogador profissional porque não encontram espaço na equipe principal onde iniciou a carreira, muitas vezes ainda criança. Perde o atleta que desperdiçou muitos anos de sua vida se dedicando a um sonho que não se realiza e perde muito mais o clube formador, que investiu no atleta da base e não recebeu a contrapartida.

Os argentinos lideraram as estatísticas no campeonato brasileiro de 2025, com 47 jogadores atuando no Brasil, seguido do Uruguai com 27, a Colômbia com 19, o Equador

com 8, Portugal com 7, Chile e Venezuela com 6, a Espanha com 4, Itália e Peru com 2 jogadores. Angola, Argélia, Bélgica, Dinamarca, Gana, Holanda e RD Congo enviaram um jogador cada ao futebol brasileiro. Após a mudança na regra sobre o limite de estrangeiros, o campeonato brasileiro passou a ter mais gringos. De 2023 para 2024, a competição registrou um aumento de 26 jogadores. No ano passado, 149 atletas foram utilizados pelas equipes da série A. Em 2026, até o momento entraram em campo mais de 150 estrangeiros, número que pode ser ultrapassado com atletas que ainda não entraram na competição.

Os clubes podem ter quantos jogadores de outras nacionalidades quiserem nos respectivos elencos, no entanto,



Fotos: Divulgação

Arrascaeta, craque uruguaio no Flamengo

só poderão relacionar até nove jogadores estrangeiros por partida, ou seja, praticamente um time completo. A regra foi alterada em 2024. Em épocas passadas, o jogador no Brasil precisava seguir uma hierarquia para vestir a camisa da seleção brasileira. Tinha que se destacar no seu clube, de preferência ser campeão, ser atacante, ser artilheiro, e só então almejar uma transferência internacional.

Atualmente, os papéis se invertem. O jovem se destaca nas categorias de base de seu clube, faz algumas boas partidas na equipe principal e já é

contratado por equipes dos grandes centros do futebol mundial, como Espanha, França e Inglaterra. Depois aparecem nas convocações da seleção brasileira como meros desconhecidos da torcida e da imprensa nacional. Por isso não sabemos mais qual a formação do selecionado canarinho, como sabíamos em copas do mundo do passado. Os jogadores chegam na seleção brasileira sem a motivação de estar representando seu país. Aos 20 anos, já ficaram milionários e conquistaram tudo que um atleta profissional sonhava para o final de sua carreira. Ser convocado para vestir a "amarelinha" não empolga mais ninguém, pelo contrário, às vezes atrapalha seus planos de jogar nos grandes campeonatos internacionais.

Estrangeiros no futebol goiano

No futebol goiano, Goiás e Atlético contrataram, em maior número, jogadores oriundos do futebol sul-americano, com destaque para argentinos, uruguaios e colombianos. Nenhum se destacou por aqui. Os clubes buscam reforçar seus elencos com atletas de fora para competições nacionais e estaduais. O Goiás tem forte

presença de jogadores de outros países, como Esli Garcia, Facundo Barceló e Gonzalo Freitas. Desses, apenas Esli Garcia ainda tem contrato com o time esmeraldino até o final desta temporada. O Dragão também fez muitas apostas em estrangeiros, como o argentino Ezequiel Ham e o colombiano Kevin Ramirez, ambos já desli-

gados do elenco atleticano.

Não há registro no futebol goiano de nenhum estrangeiro que se destacou por aqui. O contrato de trabalho para jogador de outro país obedece critérios e normas específicas, por isso, além da adaptação não ser fácil, ainda existem complicações na regularização dos atletas. Essa modalidade

de contratação precisa ser melhor avaliada, principalmente em clubes de menor poder aquisitivo, como os goianos. Os melhores jogadores de outros países são cooptados pelos grandes clubes do futebol brasileiro. Sobram aqueles de menor potencial técnico e deste nível, temos de sobra por aqui. Melhor seria se

os clubes valorizassem mais suas bases, oferecendo oportunidades no time principal e descobrindo novos talentos para suprir os elencos e até mesmo para fazer grandes negócios. Não há outro caminho, a não ser conquistar o certificado de Clube Formador junto à CBF e investir na formação de novos talentos.

Técnico brasileiro em baixa

Pela primeira vez na história das Copas, o Brasil não terá nenhum técnico na Copa do Mundo. Nem mesmo a seleção brasileira será comandada por um técnico brasileiro. O italiano Carlo Ancelotti foi contratado por uma pequena fortuna para tentar recuperar o prestígio do futebol do Brasil, que conquistou sua última Copa do Mundo em 1994, nos Estados Unidos. Pelo trabalho realizado até aqui, parece que não vai muito longe na competição. O time não evoluiu em relação aos treinadores anteriores, Ancelotti ainda não definiu

quem serão os convocados para a Copa. Ao contrário da França, que tem a seleção conhecida por todos os franceses há muito tempo. Com um salário de R\$ 5 milhões/mês e regalias como casa em condomínio de luxo, passagens de ida e volta para a Europa, grande equipe de auxiliares e veículo à sua disposição enquanto estiver no Brasil, Ancelotti tem entregado pouco em relação ao investimento realizado pela CBF.

Nos clubes, os técnicos estrangeiros também ocupam grande espaço. Os treinadores brasileiros não evoluíram, não



Abel Ferreira, cinco anos "dando as cartas" no Palmeiras



Carlo Ancelotti, um italiano no comando da seleção brasileira

surgem revelações, enquanto isso, os treinadores de outros países, especialmente os portugueses, vão aproveitando as oportunidades, como é o caso de Abel Ferreira há mais de cinco anos dirigindo o Palmeiras. Por aqui, o Goiás foi na onda, contratou Armando Evangelista, da prateleira intermediária do futebol de Portugal. Evangelista chegou com quatro auxiliares, sendo um preparador físico, um preparador de goleiros, um fisiologista e um assistente técnico. Pouco acrescentou e foi demitido meses depois.

- ✓ Mesmo não jogando um grande futebol, o Goiás ampliou sua invencibilidade na temporada, ao empatar em Londrina em 2 a 2 na última quarta-feira. Agora são 19 jogos sem derrota, com 12 vitórias e 7 empates.
- ✓ A seleção da França ultrapassa a Espanha e lidera o ranking da Fifa, enquanto o Brasil cai para a sexta colocação. As vitórias do selecionado francês contra o Brasil

- e Colômbia elevou a França ao topo do ranking, posição que não ocupava desde 2018.
- ✓ Em sua habitual entrevista após as partidas, Adson Batista culpou parte da imprensa mais uma vez pelo momento ruim do Atlético na Série B. Disse que tem jornalistas que só reconhecem Goiás e Vila como times de futebol profissional em Goiânia e são prejudiciais ao Atlético.

- ✓ Mas não explicou porque o Dragão vive uma prolongada fase negativa, com contratações de qualidade duvidosa, troca de técnicos e remontagem de elenco no meio de temporada. É má gestão ou culpa da imprensa?
- ✓ O técnico do Atlético, Eduardo Souza, reconheceu os erros do time na derrota para o Náutico e cobrou reação da equipe na competição. "Era um jogo que

- tínhamos que vencer, saímos daqui frustrados com a derrota", disse o treinador.
- ✓ O presidente atleticano tem pouca paciência com resultados negativos e convenhamos, a contratação do atual comandante técnico não foi a melhor escolha para o time campineiro. O Atlético merece e precisa de um técnico do tamanho do clube e Eduardo Souza não é esse nome.

ESCOLA

IMUNIZAÇÃO

Escolas assumem papel estratégico na recuperação da vacinação infantil

Rodrigo Estrela

Com base na Lei 14.886/24 e no Programa Saúde na Escola, ação leva imunização ao ambiente escolar e amplia acesso em Goiás e no país

Dhayane Marques

A vacinação nas escolas se consolida como eixo estratégico para a recuperação das coberturas vacinais no Brasil. Instituída pela Lei 14.886/24 e fortalecida pelo Programa Saúde na Escola, a iniciativa leva equipes do Sistema Único de Saúde ao ambiente escolar para verificar cadernetas, atualizar esquemas vacinais e ampliar o alcance das campanhas. A medida prioriza crianças e adolescentes com menos de 15 anos, público historicamente mais vulnerável à queda na imunização.

O cenário recente evidencia a necessidade da estratégia. Em Goiás, a cobertura vacinal sofreu retração expressiva entre 2020 e 2021, período em que imunizantes como febre amarela atingiram 66% e poliomielite 72,7%. A partir de 2022, o estado iniciou recuperação progressiva, com resultados mais consistentes em 2025. Vacinas



Vacinação nas escolas em Aparecida de Goiânia prevê imunizar 30 mil crianças e alcançar 90% do público-alvo, com equipes atuando diretamente nas unidades de ensino para ampliar a cobertura e conter doenças respiratórias

SAIBA MAIS

População-alvo da estratégia e esquema vacinal nas escolas

Público-alvo

- ✓ Crianças e adolescentes menores de 15 anos, matriculados na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio

Vacinas, faixa etária e tipo de ensino

Educação infantil

- ✓ Febre amarela - Faixa etária: a partir de 9 meses até menores de 5 anos
- ✓ Tríplice viral - Faixa etária: a partir de 12 meses
- ✓ Tríplice bacteriana (DTP) - Faixa etária: conforme calendário infantil

Ensino infantil e fundamental

- ✓ Febre amarela - Faixa etária: 5 a menores de 15 anos
- ✓ Tríplice viral - Faixa etária: 5 a menores de 15 anos
- ✓ Tríplice bacteriana (DTP) - Faixa etária: 5 a menores de 15 anos

Ensino fundamental e médio

- ✓ Meningocócica ACWY - Faixa etária: adolescentes
- ✓ HPV4 - Faixa etária: 9 a 14 anos
- ✓ Dengue - Faixa etária: 10 a 14 anos, conforme estratégia local

Dado-chave

Meta nacional de cobertura vacinal é de 90% para a maioria dos imunizantes do calendário infantil

como BCG e pneumocócica alcançaram 93,6%, enquanto a tríplice viral chegou a 89,8%. Apesar do avanço, índices

como o da febre amarela, com 73,6%, ainda indicam lacunas importantes.

A inserção da vacinação

no cotidiano escolar reduz barreiras de acesso e amplia a adesão das famílias. A logística permite que estudantes

sejam imunizados sem necessidade de deslocamento até unidades de saúde, o que favorece especialmente os responsáveis com restrições de tempo. Em Goiás, a obrigatoriedade do certificado de vacinação no ato da matrícula, vigente desde 2023, reforça o controle e incentiva a atualização do calendário vacinal.

Experiências municipais demonstram o potencial da estratégia. Em Aparecida de Goiânia, a campanha iniciada em 2026 prevê imunizar 30 mil crianças e atingir 90% do público-alvo. A ação concentra-se em doenças de alta transmissibilidade em ambientes coletivos, como sarampo, coqueluche e influenza, com atuação direta em centros de educação infantil e escolas. A inclusão de trabalhadores da educação amplia a proteção coletiva e reduz a circulação de agentes infecciosos.

No plano nacional, a vacinação nas escolas integra uma política de enfrentamento à hesitação vacinal e de prevenção de doenças imunopreveníveis. A estratégia articula ações de comunicação, mobilização social e monitoramento contínuo, com foco na recomposição de coberturas e na prevenção de surtos. Ao aproximar o serviço de saúde da rotina escolar, o modelo fortalece a cultura da imunização e amplia a capacidade de resposta do sistema público.

Integração entre saúde e educação amplia cobertura e reduz desigualdades

A articulação entre os setores de saúde e educação consolida um modelo de atuação que amplia o alcance das políticas públicas de imunização. Por meio do Programa Saúde na Escola, equipes das unidades básicas atuam diretamente nas instituições de ensino, o que permite identificar, em tempo real, estudantes com esquemas vacinais incompletos e acionar estratégias

de regularização. Esse modelo reduz a dependência da demanda espontânea e fortalece a busca ativa.

Dados de Goiás indicam que a recuperação das coberturas vacinais está diretamente associada à intensificação de estratégias extramuros. Entre 2021 e 2025, a vacina pentavalente evoluiu de 73,1% para 82,2%, enquanto a poliomielite passou de 72,7% para 84,7%. A ampli-

ação do acesso, aliada à reorganização dos serviços de saúde, contribuiu para esse avanço, ainda que parte dos imunizantes permaneça abaixo das metas ideais.

A presença das equipes de vacinação nas escolas também permite maior eficiência no monitoramento e na farmacovigilância. A proximidade com estudantes e profissionais da educação facilita o acompanhamento

de eventos adversos e a orientação direta às famílias, o que contribui para reduzir a hesitação vacinal. A comunicação qualificada, integrada ao ambiente pedagógico, fortalece a compreensão sobre a importância da imunização.

Outro impacto relevante está na redução das desigualdades regionais. Municípios com maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde encontram na escola

um ponto de convergência capaz de ampliar a cobertura. A estratégia padroniza procedimentos, mas permite adaptações locais, o que garante maior efetividade. Ao combinar educação em saúde, logística ampliada e monitoramento contínuo, a vacinação nas escolas consolida-se como ferramenta estruturante para a sustentabilidade dos índices vacinais no país.